

## **A IDEIA DE PÁTRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS ARITMÉTICA**

### **ELEMENTAR:**

### **LIVRO 1 E NOSSA PÁTRIA**

#### **THE HOMELAND IDEA IN TEXTBOOKS ARITMETICA ELEMENTAR:**

#### **BOOK 1 AND NOSSA PÁTRIA**

*Rosa Lygia Teixeira Corrêa<sup>1</sup>*

*Roberto João Eissler<sup>2</sup>*

*Denilson Roberto Schena<sup>3</sup>*

---

**RESUMO:** Este trabalho é parte de reflexões desenvolvidas no interior de um grupo de pesquisa cuja preocupação, entre outras, incide sobre disciplinas escolares. Faz parte de duas pesquisas mais amplas em nível de doutoramento. As reflexões conjuntas feitas no interior do referido grupo nos permitiram fazer aproximações entre objetos de estudos que guardam entre si alguma semelhança, ao terem como referência o livro didático de escolas primárias brasileiras da Primeira República. Assim, o objetivo deste texto é apreender e refletir sobre a ideia de *pátria*, presente nas obras didáticas, *Aritmética Elementar* Livro -1 (1919), de autoria de Georg August Büchler, e *Nossa Pátria* (1917), de José Francisco da Rocha Pombo, ambas destinadas à escola primária. O presente artigo tem como aporte teórico a História Cultural na concepção de Chartier (1990) e Barros (2006), a partir dos quais, os dois livros didáticos e, em particular, as mensagens patrióticas neles contidas são interpretadas em relação ao sentimento nacionalista que se desejava fomentar no Brasil do período. O exercício interpretativo é realizado considerando-se duas obras distintas provenientes de campos de conhecimento diferentes, ou seja, a Matemática, por meio da Aritmética e a História. Os livros didáticos de Aritmética e de História contemplavam, em grande parte, os anseios nacionalistas de um regime político que procurava se afirmar no país durante a passagem do século XIX para o século XX.

**Palavras-chave:** Livro Didático. Georg Büchle. Rocha Pombo. Pátria. História Cultural.

---

<sup>1</sup> Professora titular do Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado e Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Professor do Instituto Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

<sup>3</sup> Professor do Instituto Federal do Paraná. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

---

**ABSTRACT:** This work is part of the reflection developed within a research group which deals with, among other topics, school subjects. It is also part of two broad researches developed at doctoral level. Reflections presented by such group allowed us to make approximations between the objects of study that have some resemblance, by having as reference the Brazilian primary school textbooks in the First Republic. Thus, the objective of this text is to understand and reflect on the idea of homeland, present in the textbooks, Elementary Arithmetic Book – 1 (1919) written by Georg August Büchler and Our Motherland (1917), by José Francisco da Rocha Pombo, both aimed at primary school. This article has as theoretical support the concept of Cultural History presented by Chartier (1990) and Barros (2006). Based on this concept, both textbooks and, in particular, the patriotic messages contained therein are interpreted in relation to the nationalist feeling that was intended to be deployed in Brazil during the period. The interpretative exercise is mediated by the fact that both books constitute distinct works from the fields of knowledge from where each one comes, i.e., Math, through Arithmetic, and History. Both Arithmetic and History textbooks largely comprehend nationalist yearnings of a political regime that sought to affirm itself in the country during the late 19th century to the 20th century.

**Keywords:** Textbook. Georg Büchler. Rocha Pombo. Homeland. Cultural History.

## Introdução

A modalidade historiográfica considerada nesta pesquisa é a da História Cultural. Entendemos a História Cultural como a *histoire sociale de représentations* (ORY, 2011, p. 13), deixando claro que a representação é um dos objetos da História Cultural, uma representação que não se dá *a priori* como uma “produção de espírito”, mas sim como um objeto em sociedade.

Assim, a ideia de representação que permeia este trabalho refere-se a um modo delimitado de uma expressão que não é rígida, pois tem em conta o espaço e o tempo e, também, o tornar-se perceptível a partir de determinadas práticas. Chartier (1990) nos fornece elementos para compreendermos a relação entre as práticas e as representações. Para ele,

[...] não existem objetos históricos fora das práticas, móveis, que os constituem, e por isso não há zonas de discurso ou de realidade definidas de uma vez por todas, delimitadas de maneira fixa e detectáveis em cada situação histórica: as

coisas não são mais do que as objetivações de práticas determinadas, cujas determinações é necessário trazer a luz do dia (CHARTIER, 1990, p. 78).

Segundo Barros (2006), há na História Cultural campos do saber histórico relativos às dimensões ou aos enfoques do historiador. Um historiador cultural, por exemplo, estuda os fatos da cultura. Coerentemente, adotamos um conceito bastante amplo de cultura, com viés antropológico, apresentado por Ory (2011, p. 8), qual seja, *ensemble de représentations collectives propres à une société*.

Este trabalho objetiva, embasados nas palavras de Chartier, analisar a maneira pela qual se acha construída uma ideia de pátria, presente nas obras didáticas *Aritmética Elementar* Livro 1, de autoria de Georg August Büchler, e *Nossa Pátria*, de José Francisco da Rocha Pombo, ambas destinadas à escola primária. Mas também é importante observar o potencial de circulação dessas obras, indicador de uso nas escolas primárias, o que pode ser observado pelo número de edições das mesmas, como teremos oportunidade de ver adiante.

Com efeito, no presente texto, apresentamos aspectos biográficos desses dois autores. A seguir são tecidas considerações sobre o livro didático para, então, considerá-lo como um importante suporte informativo utilizado na escolarização primária durante uma parte da História republicana, principalmente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, buscando, dessa forma, a caracterização e a compreensão das ideias de pátria desses dois autores. Essas considerações nos ajudam a situar nosso objeto de estudo no universo de compreensão da terminologia "Livro Didático", que utilizaremos neste texto. Justamente pelo fato de que tais livros, além de conterem textos, lições a serem lidas e realizadas pelos alunos, trazem, também orientações didáticas para os professores da escola primária, a exemplo do livro de Aritmética.

## 1. Aspectos biográficos de Georg Büchler e Rocha Pombo

Georg August Büchler (1884 – 1962) nasceu em Steinbach, na região de Essen, na Alemanha. Formou-se em Pedagogia em 1904 e no ano seguinte migrou para o Brasil para lecionar Inglês e Matemática na Neue Deutsche Schule, em Blumenau-SC, atual Escola de Educação Básica Dom Pedro II (GAERTNER, 2004).

Lecionou até o ano de 1917, sendo afastado devido às determinações governamentais impostas aos imigrantes, especialmente aos alemães, no contexto da Primeira Guerra Mundial<sup>4</sup>. Büchler foi diretor da Escola Alemã, em Florianópolis, em 1930, e, posteriormente, em Joinville, onde permaneceu até 1938. Nesse mesmo ano, mudou-se para São Paulo com o fim de dirigir o 2º grau da Escola Comercial de São Paulo. Ficou lá até 1942 quando, novamente, foi afastado de suas atividades profissionais devido às determinações do governo brasileiro – diga-se do governo autoritário do Estado Novo varguista - no contexto da Segunda Guerra Mundial (GAERTNER, 2004).

Georg Büchler escreveu uma gramática da língua portuguesa para alemães, com primeira edição no ano de 1914 e segunda em 1924, além de um guia de preparação para o exame de admissão no Estado (KREUTZ, 2007). Publicou, também, o *Guia de Cubagem*, em 1925, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo<sup>5</sup>. O autor tem outros títulos publicados pela

---

<sup>4</sup>No Brasil, a chamada “questão nacional” ocupou lugar de destaque na sociedade, mais exatamente no debate político, no qual temas como nação, nacionalismo, nacionalidade, nacionalização, pátria, dentre outros conceitos considerados importantes, irão fundamentar ações políticas ao longo da Primeira República, anos antes das medidas de nacionalização adotadas por Getúlio Vargas, na década de 1930, na esfera federal e também nas esferas estaduais. Ver nesse sentido, NASCIMENTO, Dorval do. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920). Revista Brasileira de História da Educação, nº 21, p. 123-143, set./dez. 2009, e ainda, NOBREGA, Paulo de. A expansão da escola primária republicana paranaense em números: quantidade X qualidade (1900-1930). Revista Espaço Acadêmico. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v. 13, p. 99-118, nº 174, mar. 2014.

<sup>5</sup> "A Melhoramentos foi concebida, originalmente, no longínquo ano de 1877, como uma empreiteira de obras públicas, donde seu nome. No entanto, foi constituída formalmente, em 9 de setembro de 1890, para fabricar papel. A parte editorial teve início em 1915, como forma independente, a Weisflog Irmãos, e, quando o diretor Alfredo Weisflog assumiu o controle das fábricas de papel no início de 1921 - [...] - deu-se a fusão das duas empresas" (HALLEWELL, 2012, p. 372).

mesma editora, a saber: *Arithmetica Elementar*, livros - I, II e III, que se encontravam em sua segunda edição naquele ano; o *Caderno Auxiliar* do Livro I; o *Guia de Conjugação* e o *Caderno de Conjugação*.

Em seu livro de Aritmética, Georg Büchler não tratou da sua ligação com o seu passado na Alemanha e, também, não se referiu a aspectos históricos dos grandes feitos, no Brasil. Ele se utilizou de uma família composta pelo casal Sr. e Sra. Motta e pelos quatro filhos, Victor, Luiza, Amélia e Octavio, para apresentar lições, histórias com sentido moral, contemplando, assim, as primeiras noções de Aritmética.

A família Motta era uma família de classe média e refletia um estilo de vida de um proprietário de um pequeno comércio. A família possuía duas casas – a sua residência (um sobrado) e outra, onde estava estabelecido seu comércio (um armazém). Eles são apresentados como uma família organizada e como mais um trabalhador bem-sucedido em tudo o que faz. Tudo leva a crer que essa família é tomada como típico exemplo de família de classe média urbana do Brasil desse tempo, além de se apontar o modo das relações mercantis entre ela e a sociedade local e do momento histórico.

As lições que se apresentam nesse livro são experiências comuns, aparentemente naturais em seu tempo, e que revelam uma história de práticas sociais, ao menos aquelas que se esperavam da população naquele contexto, considerando o lugar social desse grupo. Certamente um exemplo de família brasileira imigrante que prosperara, demarcando também a ideia de um Brasil progressivo economicamente. Provavelmente as lições de aritmética encontrariam nesse cenário familiar e social maior sentido de aprendizado e uso.

Os valores apresentados no livro deixam clara a intenção de inculcar (JULIA, 2001) na criança atributos como o patriotismo, a civilidade, o trabalho, a perseverança, a boa educação, os bons costumes e as boas maneiras em uma população escolar primária de um país que há pouco mais de trinta anos ainda fazia uso do trabalho escravo. Nesse sentido, o

Brasil se inseriria, gradativamente, num projeto civilizador já sedimentado nos grandes centros europeus, principalmente.

José Francisco da Rocha Pombo (1857 – 1933) nasceu na cidade de Morretes, litoral do Paraná, e aos dezoito anos começou a lecionar em uma escola rural de primeiras letras daquela cidade. Atuou também como jornalista, escritor, político, advogado e historiador. Atividade esta que o colocou em evidência a ponto de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1933. Durante grande parte de sua trajetória profissional, Rocha Pombo demonstrou possuir um caráter autodidata. Somente em 1917 veio a obter o grau de bacharel em Direito pela Faculdade Teixeira de Freitas, do Rio de Janeiro.

De acordo com Cardim (1958), Rocha Pombo, em 1879, fundou, em Morretes, seu primeiro jornal – O Povo – com fortes tendências republicanas e abolicionistas. Teve, ainda, artigos publicados pela revista fluminense, "A Escola". Um deles, denominado "Duas palavras sobre instrução pública", foi reproduzido, ainda, pela *Revista del Plata*, de Montevideú. No ano seguinte mudou-se para Curitiba, onde publicou diversos trabalhos: *A honra do Barão* (1881), *Dadá ou a boa filha* (1882), *A Religião do Belo* (1883) e *Nova Crença* (1889). Ao mudar-se para Castro (1882), fundou o semanário *Eco dos Campos*. Voltando a Curitiba, participou como jornalista na *Gazeta Paranaense* (1886), no *Diário Popular* (1887) e no *Diário do Comércio* (1892). Publicou, ainda: *Guayra* (romance), *Petruccello* (romance), *Visões* (contos e poesias) e *Marieta* (poemeto).

Escreveu, também, o romance simbolista *No Hospício* (1905), *Contos e pontos* (1911) e *Notas de Viagem* (1918), com o registro de sua excursão pelo norte e nordeste do país. Como filólogo publicou um *Dicionário de Sinônimos*. Em 1900 escreveu *O Grande Problema, Nossa Pátria* (1917), *Instrução Moral e Cívica* (1927), e muitos outros trabalhos esparsos em revistas e jornais do Paraná e do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, Rocha Pombo ingressou por concurso no Colégio Pedro II e, também, na Escola Normal e foi admitido como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no ano de 1900 (FERNANDES, 2009, p. 239). Em suas obras como historiador consta a

escrita, em 1889, de História da América. Em 1905 iniciou a História do Brasil em 10 volumes, sendo concluída somente doze anos depois, em 1917. Em 1918 publicou a História de São Paulo, em 1922 a História do Rio Grande do Norte e em 1930 a História do Paraná.

No prefácio à primeira edição da obra História de São Paulo, lançada em 1918, portanto um ano após a Nossa Pátria – ambas pela mesma editora – Rocha Pombo sente a necessidade de explicar:

Como seria bello que cada lar tivesse o seu registro de família no qual as gerações se fossem reflectindo e perpetuando, cada individuo no seu papel! Quanto não lograria da alma dos antepassados a alma de cada geração! Do próprio lar passaria em seguida a consciência nascente ao conjunto dos lares com que mais de perto convive; e teria, na chronica da cidade estímulos mais fortes para esforço e cooperação mais efficientes em esfera de acção mais ampla. E assim por deante, até o Estado, até a Pátria, até a própria Humanidade. Só assim é que conceberíamos perspicuamente uma história universal – partindo, como em todo gênero de conhecimentos, do mais simples para o mais complexo (POMBO, 1925, p. 5).

Rocha Pombo aponta para a importância do indivíduo, da família a serviço da pátria; nas palavras dele, “tão digno é um pai de família cuidando da sua casa, quanto um grande homem servindo a sua pátria” (POMBO, 1925, p.4). Em Nossa Pátria, Rocha Pombo se volta à “grandeza moral dos nossos”. Tudo indica que a grandeza humana que adviria do sentimento patriótico teria seus embriões na família. Nessa mensagem, Rocha Pombo deixa transparecer fortes influências do positivismo comtiano<sup>6</sup>.

Assim, dessas duas breves trajetórias acima trazidas podemos depreender dois aspectos em comum entre os dois autores: o primeiro aspecto é caracterizado pela contemporaneidade entre eles; o segundo, pelo sentido comum que une suas obras pela noção de pátria, a qual

---

<sup>6</sup>Sobre o positivismo ver COMTE, August. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista / seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

veremos a seguir, e, também, pela noção de família, substrato, certamente, para o desenvolvimento da ideia de pátria.

## **2. Considerações sobre o livro didático**

Muitos alunos da escola primária devem ter em mente, aqui e acolá, lembranças dessa fase da vida escolar, dos professores, de suas aulas ou dos livros escolares. Marc Ferro (1983) recomenda que não nos enganemos, uma vez que a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à história que nos ensinaram quando éramos crianças. Segundo esse autor, essa história nos marca para o resto da vida.

Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor... mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções (FERRO, 1983, p. 11).

Livros escolares e escolarização são dados intrínsecos à vida escolar moderna.

No limiar de sua vida cultural, iniciando a experiência difícil e exaltante da leitura, nossos filhos devem enfrentar os livros didáticos das escolas elementares. Educados nós mesmos com livros muito parecidos com os atuais, com a memória ainda cheia de recordações que são, necessariamente, queridas e repletas de ternura, ligadas às ilustrações e às frases daquelas páginas, é-nos difícil instaurar um processo contra o livro de leitura. E isto nos é difícil porque, provavelmente, muitas das nossas câibras morais e intelectuais, muitas das nossas idéias correntes mais contorcidas e banais (e difíceis de morrer) nascem justamente dessa fonte. Portanto, a confiança que temos, instintivamente, no livro de leitura, não é devida aos méritos deste último, mas às nossas fraquezas, que os livros de leitura criaram e alimentaram (BONAZZI; ECO, 1980, p. 15).

Do trecho referido podemos abstrair controversas do livro didático. Ele nos faria muito bem, sem dúvida alguma, pelos saberes nele contidos, mas também muito mal pela acomodação que nos propiciaria. Ambivalências à parte, o certo é que o livro didático tem um lugar de destaque na escolarização elementar moderna.

O livro didático, desde o século XIX, é considerado o principal instrumento de trabalho para professores e alunos em sala de aula, sendo utilizado, geralmente, como articulador entre o que a proposta oficial do Estado expressa nos programas escolares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. Bittencourt recomenda que, para entender o papel do livro didático na cena escolar,

[...] não basta simplesmente analisar as ideologias e as defasagens nos conteúdos em relação à produção acadêmica ou descobrir se o material é fiel ou não às propostas curriculares. Para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições (BITTENCOURT, 1998, p. 73).

Dentre alguns dos méritos do livro didático, entende-se ser ele portador de textos que podem auxiliar o domínio da leitura e da escrita. Serve, também, para ampliar informações e saberes, transmitidos desde uma linguagem mais acessível até o conhecimento científico. Da mesma forma, permite a articulação entre a escrita com outras formas de linguagem, fornecendo ao aluno certa autonomia frente ao saber. Por intermédio do livro, o conteúdo programático de determinada disciplina torna-se visível e, assim, pode auxiliar na aquisição de conceitos ditos básicos do saber historicamente acumulado.

Não obstante, o livro didático também é determinado por razões econômicas, ideológicas e técnicas. Além disso, sua especificidade requer, por exemplo, que a linguagem deva ser de fácil entendimento ao público escolar, o que, de certa forma, pode resultar em simplificações que, de algum modo, podem limitar a formação intelectual dos alunos, bem como provocar alguma dependência tanto do professor quanto do aluno. Assim, a tendência do livro didático é de ser um objeto padronizado, condicionando formatos e linguagens, com a ingerência de diversos interesses em seu processo de produção.

Nosso interesse pelo estudo dessas duas obras didáticas segue a lógica segundo a qual elas devem ser tomadas como fonte de pesquisa em História da Educação (CORRÊA, 2000). Segundo a autora, os livros didáticos

são testemunhos de conteúdos de natureza diversa no que tange a valores morais, éticos, sociais, cívicos e patrióticos que serviram de guia para professores e alunos e têm muito, ainda, a ser desvendado. Desvendá-los, para Corrêa, implica levar em conta dois aspectos:

[...] primeiro, tratar-se de um tipo de material de importante contribuição para a história do pensamento e das práticas educativas ao lado de outras fontes escritas, orais e iconográficas e, segundo, ser portador de conteúdos reveladores de representações e valores predominantes num certo período de uma sociedade (CORRÊA, 2000, p. 12).

A função do livro didático na vida escolar pode ser a de instrumento de reprodução de determinadas ideologias e do saber oficial imposto por certos setores do poder e pelo Estado. Isto é, o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de estereótipos<sup>7</sup>, de uma cultura posta em um determinado contexto histórico.

Para Choppin (2002), em outras palavras, os manuais<sup>8</sup> para os historiadores são fontes privilegiadas de múltiplas possibilidades de estudo.

Nisso pode residir o principal contributo da análise histórica: porque ele se esforça em lançar um olhar distanciado, livre de contingências, sem polêmicas, o historiador pode distinguir e se colocar em relação às diversas facetas desse objeto extremamente complexo que é o livro escolar. O manual está, efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se (CHOPPIN, 2002, p. 14).

É nessa perspectiva que trazemos neste trabalho nosso olhar sobre os dois livros didáticos mencionados anteriormente, com o intuito de lhes lançar outros olhares, a partir do lugar do historiador da Educação e, assim, perscrutar possibilidades de seus entendimentos para além de sua materialidade e, sobremaneira, sobre a quem e a que serviram no período

---

<sup>7</sup>Sobre estereótipos contidos em livros didáticos consultar o trabalho de Melo (2014).

<sup>8</sup>Na mesma acepção de livro didático.

histórico no qual foram produzidos e circularam nos interiores de instituições escolares primárias.

### **3. O livro didático na Escola Primária durante a fase republicana**

O fortalecimento do regime republicano dependia, dentre outras coisas, “da instrução do povo e da formação de leitores com uma certa moralidade, uma certa mentalidade, um certo corpo de condutas compatíveis com a vida republicana” (RIBEIRO, 2005, p.27). Enfim, com certa civilidade que pudesse dar, paulatinamente, ao país, características de modernidade.

Essa formação de leitores era tão importante que “as mudanças nos programas da escola elementar, durante a fase republicana, eram sustentadas por propostas que conferiam ao livro de leitura proeminência sobre os demais” (BITTENCOURT, 2008, p.48). Era tanto que “[...] o parecer da Comissão incumbida de rever a lista de obras adotadas nas escolas públicas paulistas, em 1908, chegou a recomendar que os alunos utilizassem somente livros de leitura. Para as demais disciplinas bastariam as explicações do mestre” (BITTENCOURT, 2008, p.48). Para a utilização dos livros de leitura pelos alunos era, obviamente, necessário saber ler. E as escolas de primeiras letras eram locais para (também) aprender a ler, mas de que maneira isso se dava? De qual método se utilizavam para esse ensino?

Um dos métodos utilizados para a iniciação escolar do ensino da leitura foi o método analítico defendido por João Köpke, cujos livros constam do Programa de Ensino dos Grupos Escolares e da Escola Modelo, do ano de 1908, no Estado do Espírito Santo (SIQUEIRA FILHO, 2015). Contudo, constatamos que não apenas nos livros de leitura a noção de pátria esteve presente, mas, também, em livros de Aritmética.

Nesse sentido, vários estados brasileiros passaram por um processo de reformulação da instrução pública, no início do século XX. Em cada um esteve presente uma figura proeminente. Assim, se destacaram Orestes

Guimarães, em Santa Catarina, na década de 1910; Lourenço Filho, no Ceará, na década de 1920, entre outros. Gomes Cardim, reformador da instrução pública no Estado do Espírito Santo, em 1908, defendeu que o ensino analítico e intuitivo deveria ser estendido para todas as demais matérias (SIQUEIRA FILHO, 2015).

Esse método, utilizado para a iniciação da leitura, é destacado por Ribeiro (2005, p.19), a quem “[...] para ser compreendida, a leitura exige uma operação analítica da mente. Köpke propõe ao mestre iniciar o ensino da leitura e escrita com o conto, apresentando-se depois as palavras e, em seguida, as sílabas, letras e fonemas”.

Entretanto, não havia apenas um método para esse ensino de leitura. Outra maneira é indicada pelos pedagogos paulistas da época.

A principal diferença entre eles consiste no fato de que Köpke defendia a necessidade de se iniciar o processo de ensino pelo conto (discurso) e não pela “historieta”<sup>9</sup>, como propunham os paulistas; privilegiava a análise do conto que, por sua vez, deveria ser escolhido, não com a preocupação em manter o enfoque no ensino das sílabas e letras, mas em apresentar, por meio de gravuras e palavras correspondentes, idéias familiares que deveriam favorecer a aprendizagem da leitura e escrita e conduzir conscientemente à abstração (elementos da palavra: sílabas e letras); e propunha que o ensino tivesse como objetivo a leitura inteligente e expressiva, a qual exige uma compreensão do leitor no ato de ler e impede que o ensino seja iniciado pela sentença ou conjunto delas, como propunham os professores paulistas. (RIBEIRO, 2005, p. 25-26).

Importa indicar que o livro de Georg Büchler começa com o conto, não para iniciação à leitura, mas para a iniciação à Aritmética. Um texto publicado no Jornal Correio Paulistano, de 09 de janeiro de 1920 (p.1), abriu espaço para Büchler falar de seu livro, e nesse texto o autor comenta:

Alliámos a arithmetica às cousas que constituem objecto da estricta esphera dos conhecimentos oriundos da experiencia infantil, escolhendo, deliberadamente aquellas que, ou pelo character da diurnalidade, ou pelo interesse que despertam,

---

<sup>9</sup>Segundo Mortatti (2000, p.124) historieta é “o conjunto de sentenças enunciadas [...] a partir do estímulo visual gerado pela observação e fixada pela memória, que mantém nexos lógico-gramaticais entre si”.

mais preocupam o espirito da criança. Mas, como as cousas em si não bastam para captar a atenção dos alunos, entendemos de bom alvitre dosar as lições sob a forma de contos instructivos e educativos ao mesmo tempo; contos eles que devidamente interpretados pelo professor na linguagem dos discípulos – em escala ascendente, vão, gradualmente, abrindo aos alunos perspectivas de novos fenômenos arithmeticos.  
(BÜCHLER, 1920, p. 1)

Georg Büchler, tudo indica, entende que o professor deveria avançar da intuição e/ou Lições de Coisas para outros procedimentos pedagógicos, no caso o uso do conto, com vistas a despertar o interesse dos alunos. Os contos do livro *Arithmetica Elementar* são instrutivos e educativos, como afirma Büchler, e cada conto traz uma moral. Eles têm como personagens a família Motta, sendo o filho caçula, Victor, o personagem principal do livro – ele tem cinco anos e completa seis durante o ano/livro. É com Victor que os contos se desenvolvem. Certamente, Victor seria um exemplo a ser seguido por toda criança como um modelo de futuro cidadão republicano.

Assim como o livro de Aritmética de Büchler, o de Rocha Pombo também se destina para as “crianças e os homens simples do povo” (POMBO, 1967, p. 5). É a leitura como linha mestra para o ensino, tanto de Aritmética quanto de História do Brasil. Nesse sentido, a leitura teria função primordial no interior da escola primária para a disseminação de um projeto de nação<sup>10</sup>.

#### **4. A ideia de Pátria em Georg Büchler e Rocha Pombo: ideário educativo na escola primária durante a fase republicana**

Georg Büchler, em *Arithmetica Elementar* Livro I (1919), se preocupa em estabelecer uma prática pedagógica que se relacione com o ambiente “natural” da criança. Esse ambiente “natural” e cultural é, também, social. Assim sendo, apresenta as noções preliminares de Aritmética em histórias com um fundo moral, uma história de práticas sociais “ideais”, visando à

---

<sup>10</sup>Considerando os limites deste trabalho, não aprofundaremos essa questão, aliás, já bastante abordada na historiografia da educação brasileira. A propósito, consultar: Carvalho (1990), Bencostta (2001), Souza (1998).

formação de um povo pertencente a uma pátria que vem atravessando um momento político importante em sua história.

A obra *Arithmetica Elementar* está subdividida em vinte e cinco Lições, com temas diversos, e um capítulo específico, com notas ao professor<sup>11</sup>. As primeiras Lições (ou histórias) apresentam saberes de ordem moral explicitadas no final de cada uma das Lições. Da terceira à sexta, temos, a exemplo, o seguinte: "Quem não conserva o que tem, a pedir vem"; "Quem não trabalha, não mantém casa"; "Dois olhos, duas orelhas, só a boca não tem par!"; "Quer dizer que é mais prudente ver e ouvir que falar"; "Três cousas destroem ao homem: Muito falar e pouco saber, Muito gastar e pouco ter, Muito presumir e pouco valer" (BÜCHLER, 1919, p. 22-47).

Princípios morais como prudência, reticência, humildade, parcimônia podem ser lidos tanto no trecho acima, como em cada um daqueles contidos nos capítulos do livro. O trabalho também seria um valor a ser fomentado na criança, afinal trabalhar e economizar seriam valores exigentes para uma sociedade que se pretendia progressista e moderna.

A ideia do ser econômico e produtivo prevalece na história da família Motta, com uma parcimônia necessária.

Economisar, explicou o sr. Motta, não significa guardar dinheiro, privando-se a gente da alimentação sadia e do conforto que carece.

Economisar significa não gastar o dinheiro em cousas inúteis ou desnecessárias.

Quem, porém, guarda o dinheiro, privando-se do que lhe é necessário e só pelo prazer de ter o dinheiro guardado, já não é econômico, é avarento.

Ora, sendo a economia uma virtude que apreciamos, a avareza é um vício dos mais degradantes e que devemos repelir.

Fazemos economia, não só não esbanjando o nosso dinheiro como também poupando as nossas roupas, o nosso calçado, nossos livros, enfim os objetos de nosso uso.

Há um dictado que resume a idéia da economia: "quem guarda, tem". (BÜCHLER, 1919, p. 15).

---

<sup>11</sup>Reproduzem-se apenas duas das mais sintéticas. Para a Lição IV (A igualdade) tem-se "1. O professor, sobrejando-lhe tempo, poderá demonstrar pelas experiências descritas no trecho 3 a educação das desigualdades  $2 > 1$  e  $1 < 2$ ". Para a Lição VI (O leite), tem-se duas recomendações: "1. Explicar o que está escripto na folha; 2. Ensinar a escrever o algarismo" (p. 216 e 217).

Cada membro da família Motta tem nas lições suas atividades e responsabilidades, remuneradas ou não. Assim:

A família do sr. Motta costuma levantar-se cedo, porque todos têm ocupações.

O sr. Motta vai ao seu Armazem para administrar o negócio; Amelia fica cuidando dos arranjos da casa.

Octavio, que é aprendiz de marceneiro-escultor, tem que ir para a officina onde aprende.

Luiza é alumna do Grupo Escolar e frequenta às aulas da manhã.

Victor que é ainda muito pequeno, não vai á escola, mas se levanta cedo, o que é um costume muito bom para a saúde.

D. Maria é uma senhora muito zelosa e quer sempre vêr si tudo está bem feito, si Luiza e Victor estão bem vestidos e penteados. Examina as roupas dos filhos, si não faltam botões, si todos têm lenços limpos. Escóva o chapéu do sr. Motta e certifica-se de que ele não esquece os óculos. (BÜCHLER, 1919, p. 3).

Com efeito, o trabalho, além de ser uma compreensão nuclear à vida em sociedade, se manifesta por meio da divisão de ocupações e funções que cada um assume na família e, conseqüentemente, na sociedade, da qual advêm responsabilidades individuais e, por essa via, também coletivas. A pátria, nesse caso, estaria enaltecida pelo trabalho e por seus efeitos em prol da família.

É curioso constatar que o livro de Rocha Pombo, por ser do campo da História, acaba por substanciar as ideias contidas na obra de Büchler quando observamos o trecho contido no prefácio escrito para a obra *Histórias da nossa história*, de Viriato Correa (1923, p. 7):

Em toda essa aparatosa propaganda cívica que se faz hoje no Brasil, só uma forma de consolidar na alma do povo o legítimo sentimento patriótico até agora não foi utilizada. Prega-se o sagrado amor em todos os tons e por todos os modos, principalmente ensinando a vestir um uniforme, trazer uma carabina, e a marchar cantando e dando vivas. Parece inculcar-se que é só assim que se há de amar a pátria [...]. [...] pátria não é só a terra de nossos pais, mas a existência social de cada um de nós ligada, não apenas ao solo, mas ao passado, à grandeza moral dos nossos, da nossa gente, da nossa raça.

Assim, o sentido de pátria pode ser articulado ao de Büchler, por meio da ideia de “existência social de cada um de nós...”, e também à grandeza moral obtida por meio do trabalho tão exaltado no trecho que vimos anteriormente.

A construção identitária de nação em Rocha Pombo se liga ao passado ao enaltecer o fato e a necessidade da sociedade construir monumentos. Construir, não apenas homenageando “heróis”, mas todos aqueles que prestaram relevantes serviços à pátria. Uma dessas pessoas foi Braz Cubas. Nas palavras de Rocha Pombo (1920, p. 24-25),

Quem deu princípio à vila de Santos foi um dos colonos que tinham vindo com Martim Afonso. Chamava-se esse colono Braz Cubas. Por isso é que os santistas nunca esqueceram esse homem. E como prova de sua gratidão, já em nossos dias, levantaram-lhe uma estátua numa das praças da cidade. Fizeram assim o que se deve sempre fazer com aqueles que prestam grandes serviços à pátria.

A construção de monumentos é uma prática e, assim como cerimônias, ou mesmo heróis e símbolos oficiais públicos, necessita de uma repercussão popular para se tornar uma tradição, ou uma espécie de tradição inventada que Hobsbawm (2012) entende como

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza real ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2012, p. 8).

Nesse sentido, a construção de estátuas foi utilizada na Alemanha numa tentativa de tornar Guilherme I o “pai da nação”.

O Império alemão não foi feliz ao tentar transformar o imperador Guilherme I num pai aceito pelo povo, fundador de uma Alemanha unida, nem ao fazer de seu aniversário um verdadeiro aniversário nacional. (Aliás, quem é que se lembra de que tentaram chamá-lo “Guilherme, o Grande”?) O apoio oficial assegurou a construção de 327 monumentos a Guilherme até 1902, mas apenas um ano após a morte de Bismarck, em 1898, 470 municípios haviam resolvido erigir “colunas a Bismarck” (HOBSBAWM, 2012, p. 338).

Fica evidenciado, portanto, como Rocha Pombo reverencia o panteão dos heróis nacionais, os autores de grandes feitos históricos, a quem, evidentemente, a sociedade deve cultuar e guardar na memória. José Murilo de Carvalho, ao tratar sobre o mito do herói diz que

Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade. O processo de "heroificação" inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas (CARVALHO, 1990, p. 14).

Com efeito, no regime político republicano implantando no Brasil, no ano de 1889, não foram poucos os intelectuais e políticos defensores do regime que o enalteciam, inclusive, e certamente, como uma espécie de passaporte para o fortalecimento da nação brasileira aos moldes dos países modernos, que já se constituíam como tal<sup>12</sup>. Hobsbawm (1992, p. 212), referindo-se aos Estados unificados após 1870, ressalta que "o Estado não só fazia a nação, mas precisava fazer a nação". Os governos agora iriam diretamente alcançar o cidadão no território de sua vida cotidiana, por meio de agentes modestos, mas onipresentes, desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, empregados das estradas de ferro.

Nesse sentido, a escola, por meio de seus professores, no livro de Aritmética de Georg Büchler, ensina que é o trabalho e a perseverança de cada um que ajudam a construir a ideia de nação. No livro didático *Nossa Pátria*<sup>13</sup> a ideia de pátria surge em diversos momentos da obra. Rocha Pombo destaca:

---

<sup>12</sup>O processo de nacionalização toma corpo especialmente no período de 1870 a 1914, segundo Hobsbawm (1992, p. 203-204), quando o conteúdo ideológico e o político do nacionalismo avançam. Segundo ele, "a palavra nacionalismo apareceu pela primeira vez em fins do século XIX, para descrever grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas a favor daquela expansão agressiva de seus próprios Estados, que viria ser tão característica de tais movimentos".

<sup>13</sup>Pode-se observar um modelo de organização didática adotado na obra do autor. Ela contempla cinquenta e um capítulos e em cada um deles apresenta, no máximo, cinco laudas; alguns ainda, apresentam imagens de personalidades ou de momentos históricos. Ou seja, os capítulos são curtos e abordam fatos históricos, de forma bastante resumida e simplificada.

Pátria! Terra de nossos pais e onde viveram nossos avós. Terra onde temos todas as recordações da nossa vida e nossa família. Terra onde tudo nos fala à alma – campos e mares, florestas e montanhas – e onde parece que até as estrêlas e os próprios ares nos alegram mais que os outros céus! (POMBO, 1967, p. 9).

Nesse parágrafo da obra observa-se um romantismo poético, por parte do autor, ao se referir à Pátria, bem como novamente um fomento ao pertencimento/à identidade. Para ele há uma história não negada na continuidade de gerações. A Pátria é a Terra de todos. “A Terra pertence à humanidade. Sem dúvida, na presença de uma criatura humana, nenhum de nós precisa saber em que país teria ela nascido, para estimá-la, contanto que seja digna” (POMBO, 1967, p. 9). Destaque-se, aqui, uma concepção de nação, e isso se confunde com o sujeito-cidadão.

O autor apresenta, ainda, alguns símbolos representativos da Nossa Pátria. “A nossa, como a pátria de cada povo, tem os seus símbolos: a sua bandeira, o seu escudo de armas, o seu hino” (POMBO, 1967, p. 10-13). Para esse autor, “[...] a nossa bandeira nos lembra do nosso passado, nos une no presente, nos encoraja no futuro”. Há uma relação estabelecida entre três símbolos distintos, porém, interligados numa mesma concepção, o sagrado. Em outro trecho, relata: “Quando, em 1807, os franceses invadiram Portugal, tomou êle armas, à frente de um batalhão de acadêmicos, para defender a pátria de seus avós”. A pátria nesse contexto de análise é a Terra de todos, das gerações passadas, presentes e futuras.

Mais adiante, o autor destaca um sentimento de pátria adquirido por outrem que de fora chega. “Os primeiros colonos viviam aqui como em terra de seu rei, mas longe da verdadeira pátria, que continuavam a amar, e da qual sempre tinham imensa saudade” (POMBO, 1967, p. 69). Ele também destaca um sentimento de pertencimento, ou seja, a pátria é a Terra na qual esse sentimento foi construído e consolidado. “Mas o que depois ocorreu, mais do que tudo, para que os colonos ficassem querendo esta nova pátria mais que a antiga, foi o trabalho que ela lhes custou, para impedir que entrassem aqui estrangeiros”.

O fomento ao sentimento patriótico ganha contornos importantes quando a pátria se confunde com os americanos em terras brasileiras. Cita o autor na obra *Nossa Pátria*:

Sem vaidade, podemos dizer que vamos para o futuro com toda a coragem, levando à nossa frente um estandarte em que se leem estas palavras por divisa: Lá fora, acima de tudo, a humanidade, que vai para Deus; aqui dentro, na grande Pátria nossa, tão amada, o culto lhe devemos (POMBO, 1967, p. 146).

Para ele, chega-se ao momento em que é preciso dizer a cada um: nestes dias em que se procura tornar mais vivo ainda o sentimento de Pátria, o que é muito grato aos nossos corações, é preciso sentir como é bela a nossa história, como há lances que nos comovem e que nos mostram o quanto é nobre a função que teremos na América (POMBO, 1967).

Com efeito, no livro didático de Rocha Pombo é possível observar a presença da ideia de Pátria fundamentada numa perspectiva de pertencimento; assim ela seria o lugar ao qual pertencemos, que nos historiciza, que nos tornaria agentes de nós mesmos.

Desse modo, a forma com que Rocha Pombo utiliza o termo Pátria, no corpo da obra, possibilita algumas reflexões, na medida em que esse conceito é apresentado mais incisivamente, ao se iniciar o texto e na sua finalização. Ao se refletir sobre a forma de organização dessa obra é possível perceber que existiu certa intencionalidade em se construir um projeto de nação, no qual houvesse um sentimento de Pátria como fundamento. Hardman (1984) chama a atenção para o fato de que Rocha Pombo, como historiador didático, enveredou pelos rumos mais tradicionalistas, factuais e personalistas da historiografia, a julgar pelos vários livros didáticos por ele escritos.

Por vezes, em alguns momentos da escrita da obra, o autor se utilizou de termos como patriota, para estabelecer uma possível relação entre o fato histórico e o sujeito histórico. "Afinal, o poder dos holandeses era grande, e os patriotas não tiveram remédio senão sujeitar-se àquela desgraça até que se preparassem para expulsar os intrusos" (POMBO, 1967, p. 66).

Para Bittencourt (1990), a ideia de

Pátria na escola primária tinha uma função muito específica que era a de criar a imagem de um único passado, capaz de esclarecer quem eram as autoridades que no presente e no passado eram responsáveis pelo destino da nação. A construção desse passado, com seus heróis e tradições homogeneizadores, foi disputada entre os grupos políticos que se revezavam no poder, ou que estavam próximos a ele (BITTENCOURT, 1990, p. 200).

Entretanto, segundo essa autora, a maior divergência se deu em relação a outras “escolas populares” organizadas no Brasil a partir de outros projetos educacionais, a exemplo dos imigrantes alemães, que procuravam outras memórias históricas para legitimar sua ação social contestatória da nova ordem vigente no Brasil.

Os estudos realizados até o presente momento indicam a possibilidade de se compreender um modelo educacional de época e de como esse modelo foi se modificando, ao longo do tempo, a partir dos livros didáticos. Houve o desenvolvimento de uma perspectiva histórica, na qual um conceito de Pátria esteve presente na produção didática. Portanto, os resultados parciais obtidos na pesquisa indicam que os livros didáticos *Aritmética Elementar* – Livro 1 e *Nossa Pátria* contemplavam, em grande parte, os anseios de um novo regime político que procurava se consolidar no país durante as primeiras décadas do século XX.

Glezer (1990) mostra como determinadas características da educação, no Brasil, nas primeiras décadas da República, estavam ligadas a uma tradição vinda do Império como, por exemplo, a formulação de um passado homogeneizado que apagasse, de certa forma, as diferenças, que criasse um passado uniforme e semelhante para todos os brasileiros<sup>14</sup>. Já a República instituiu o processo de escolarização obrigatório para todos os cidadãos, submetendo a todos o mesmo processo, igual em conteúdos, regras de comemorações, crenças e valores, a serem transmitidos às novas gerações nos bancos escolares.

---

<sup>14</sup>Raquel Glezer faz essas considerações na apresentação da obra *Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*, de Circe Bittencourt (1990).

O processo de ocultar as diversidades, as multiplicidades de experiências sociais e culturais, a destruição sistemática de projetos alternativos, com propostas educacionais e políticas, levou o Estado republicano, da mesma forma que o Estado Imperial já havia feito, a considerar-se o elemento atuante da História Nacional, criador da "identidade nacional", o que pode ser localizado nas propostas pedagógicas, nos debates entre educadores de posturas ideológicas diversas, nas orientações de trabalho aos professores, nos manuais didáticos, de uso obrigatório para os alunos. (GLEZER, 1990, p. 10)

Para Glezer, a recorrência do papel do Estado, autodefinido como criador da "identidade nacional", acabou sendo um reencontro, ou seja, um reencontro de velhas formulações, velhas propostas, velhos estereótipos, que permanecem desde o século XIX até os dias de hoje. A ideia de formar um cidadão consciente, presente nas propostas dos legisladores, resumia-se, basicamente, em como se deveria fazer o hasteamento da bandeira ou o pleno conhecimento do hino nacional.

### **Considerações Finais**

As ideias de pátria na obra de Rocha Pombo e de Georg Büchler foram construídas, portanto, a partir de uma referência histórica interna, qual seja, os pressupostos educacionais baseados na tradição do Império, no seio do qual circularam as ideias nacionalistas em voga na Europa e que foram, gradativamente, recuperados e ampliados já a partir dos primeiros anos da República.

Os conteúdos da Aritmética e da História do Brasil, transmitidos nos livros didáticos de Büchler e Rocha Pombo, contribuíram para a construção de valores na infância escolar, os quais o Estado e os dirigentes pretendiam enfatizar. O primeiro (*Arithmetica Elementar* – livro I), por estar afeito às operações e aos exercícios aritméticos; e o segundo (*Nossa Pátria*), pelos textos a serem lidos. Embora com características específicas e próprias a cada campo de conhecimento, Aritmética e História, pudemos encontrar nexos patrióticos entre essas duas obras. Nexos estes bastante coerentes

com o momento histórico, político e ideológico que o Brasil republicano vivia.

Por fim, o que intentamos mostrar foi que, embora de lugares diferentes e aparentemente díspares, a ideia e o sentimento de pátria estiveram presentes nesses distintos campos de conhecimento.

## Referências

BARROS, José d'Assunção. *Campos históricos: as diversas modalidades historiográficas no mundo contemporâneo*. *Revista Tema Livre*, ano V, n.11, abr. 2006. Disponível em: < <http://revistatemalivre.com/historiografia11.html>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

BENCOSTTA, Marcus Levy A. *Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928)*. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 103-141, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810 – 1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (História da Educação).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) *O saber histórico na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. – (Repensando o Ensino). p. 69-90.

BONAZZI, M.; ECO, H. *Mentiras que Parecem Verdades*. São Paulo: Summus, 1980. (Novas Buscas em Educação; v. 6).

BÜCHLER, George August. *Aritmética Elementar: livro I*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1919.

BÜCHLER, George August. *Arithmetica elementar*. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20302, 9 jan. 1920, ano LXVI. p. 1.

CARDIM, Elmano. *Rocha Pombo: o escritor e o historiador*. Rio de Janeiro: s/ ed., 1958.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. (Memória e Sociedade).

- CHOPPIN, Alain. O Historiador e o livro escolar. *História da Educação*, Pelotas, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.
- COMTE, August. *Curso de filosofia positiva*; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista / seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. *Caderno Cedes*, Campinas, n. 52, p. 11-24, nov. 2000.
- CORRÊA, Viriato. *Histórias de nossa História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1923.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira para o ensino de história (1934-1961)*. 2009. 363f. Tese (Doutorado em Educação). USP-São Paulo, 2009.
- FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983.
- GAERTNER, Rosinète. *A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968: da Neue Deutsche Schule à Fundação Universidade Regional de Blumenau*. 2004. 268f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - IGCE-UNESP, Rio Claro, 2004.
- GLEZER, Raquel. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. Apresentação. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 3. ed., 2012.
- HOBBSAWM, Eric J. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org). *A Invenção das Tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 337-395.
- HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org). *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

KREUTZ, Lucio. (Org.); ARENDT, Izabel Cristina (org.). *Die Schulbücher der Deutschbrasilianischen Schulen, 1832-1940 / Os livros didáticos das escolas da imigração alemã no Brasil, 1832-1940*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. v. 1, 8350 p. (Publicação digitalizada da coletânea, com introdução explicativa sobre a fonte em língua alemã e portuguesa).

MELO, Taciana Soares de. *Estereótipos de gênero em livros didáticos de inglês das décadas de 1960, 1970 e 1990: implicações na prática docente*. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2014.

NASCIMENTO, Dorval do. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 21, p. 123-143, set./dez. 2009.

NOBREGA, Paulo de. A expansão da escola primária republicana paranaense em números: quantidade X qualidade (1900-1930). *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 13, n. 174, p. 99-118, mar. 2014.

ORY, Pascal. *L'Histoire culturelle*. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de Franc, 2011.

POMBO, José Francisco da Rocha. *História de São Paulo: resumo didactico*. 4. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925.

POMBO, José Francisco da Rocha. *Nossa Pátria: narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas*. 10. ed. São Paulo: Weisflog Irmãos, 1920.

POMBO, José Francisco da Rocha. *Nossa Pátria: narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1967.

RIBEIRO, Neucinéia Rizzatto. Um estudo sobre a Leitura Analytica (1896) de João Köpke. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 5, n. 1-3, p. 12-29, 2005.

SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. O methodo analytico intuitivo na escola primaria espírito-santense e o discurso de Carlos Alberto Gomes Cardim. *Interfaces Científicas*, v. 3, n. 2, p. 33-42, fev. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1973>> Acesso em: 13 jun. 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: A implantação da escola graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

*Recebido em 26 de setembro de 2018*

*Aprovado em 19 de dezembro de 2018*